



Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Fundação Bienal de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6.a, a Fundação possui registrado em seu ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 640 mil referente a acervos, entretanto, não vem efetuando análise sobre a recuperabilidade (Impairment test) destes valores. Dada a ausência da referida análise, não foi possível realizarmos e não realizamos procedimentos de auditoria para verificarmos a adequação deste registro contábil.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

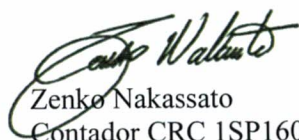
Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo acima, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 21, em 20 de maio de 2013 a Fundação Bienal de São Paulo e o Ministério da Cultura assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos, sendo que a Fundação reconheceu, em caráter irrevogável e irretratável, o montante de R\$ 12.217, consolidado e atualizado em 30 de abril de 2013, a serem pagas em parcelas mensais até abril de 2018.

São Paulo, 20 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Fundação Bienal de São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2013	2012	Passivo	Notas	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	3	6	Fornecedores s/ restrição	8	6	176
Caixa				Fornecedores c/ restrição	8	411	552
Bancos conta movimento s/ restrição	3	437	19	Obrigações tributárias		61	103
Bancos conta movimento c/ restrição	3	13.144	7.940	Obrigações com empregados	9	377	400
Aplicações financeiras s/ restrição	3	276	64	Outras contas a pagar		1.726	571
Aplicações financeiras c/ restrição	3	2.333	712	Adiantamento decessionários	10	1.626	1.657
						<u>4.207</u>	<u>3.458</u>
Créditos a receber							
Créditos a receber		-	8				
Adiantamento a fornecedores	5	-	8				
Adiantamento a empregados	5	104	107	Não circulante			
Despesas antecipadas	5	41	42	Subvenções a realizar	11	13.088	8.433
Tributos a recuperar		-	2	Outras contas a pagar	9	10.040	162
				Provisão para contingências	12	151	151
		<u>16.338</u>	<u>8.907</u>			<u>23.279</u>	<u>8.746</u>
Não circulante							
				Patrimônio Líquido			
Depósitos judiciais	12	31	71	Patrimônio social	13	199	199
Imobilizado		<u>31</u>	<u>71</u>	Outras reservas	13	2.437	2.437
Bens sem restrição		8.392	8.521	Reserva de reavaliação	13	2.301	2.510
(-) Depreciação acumulada	6	(2.326)	(2.009)	Déficits acumulados	13	(8.825)	(463)
		<u>6.066</u>	<u>6.512</u>			<u>(3.888)</u>	<u>4.683</u>
Intangível							
Direitos de uso de software		1.264	1.248				
Outros bens intangíveis		754	754				
(-) Amortização	7	(855)	(606)				
		<u>1.163</u>	<u>1.396</u>				
		<u>7.260</u>	<u>7.979</u>				
Total do ativo		<u>23.598</u>	<u>16.887</u>	Total do passivo		<u>23.598</u>	<u>16.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas	2013	2012
Receitas Operacionais			
Com Restrição			
Convênio Ministério da Cultura - MinC - Revitalização do Pavilhão		142	142
Prefeitura Municipal de São Paulo - Educação		2.287	2.289
Programa de Apoio a Cultura - PROAC - Educação		1.848	494
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC - Educação		9.776	17.735
Secretária Estadual de Cultura - Educação		307	584
Serviço Social do Comércio - SESC - Educação		1.456	2.204
Rendimentos financeiros		153	325
Gratuidades recebidas - Trabalhos voluntários		68	-
Sem Restrição			
Contribuições e doações		8.007	6.865
Rendimentos financeiros		112	
Variação cambial líquida		4	17
Outras receitas		13	347
Total Receitas	15	24.172	31.002
Custos e Despesas Operacionais			
Com Restrição			
Convênio Ministério da Cultura - MinC		-	(142)
Prefeitura Municipal de São Paulo		(380)	(1.182)
Programa de Apoio a Cultura - PROAC		(515)	(494)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC		(10.612)	(18.832)
Secretária Estadual de Cultura		(508)	(381)
Outras despesas		(156)	-
Sem Restrição			
Eventos Bienal 2013		(252)	-
(-) Despesas sobre as Receitas	16	(12.423)	(21.031)
(=) Resultado bruto		11.749	9.971
(+/-) Despesas operacionais			
Administrativos			
Despesas com pessoal	17	(3.949)	(3.872)
Despesas comerciais		(22)	(1)
Despesas administrativas e gerais	18	(3.050)	(3.130)
Despesas tributárias		(57)	30
Despesas depreciação/amortização		(567)	(702)
Despesas cíveis	19	(12.592)	(233)
Despesas financeiras		(75)	(209)
Diversas		(8)	-
Total das despesas e receitas operacionais		(20.320)	(8.117)
(=) Deficit/Superavit do Exercício		(8.571)	1.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Superávit/(Déficit) do Exercício	<u>(8.571)</u>	<u>1.854</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(8.571)</u>	<u>1.854</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Deficit Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	<u>199</u>	<u>2.437</u>	<u>2.718</u>	<u>(2.525)</u>	<u>2.829</u>
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(208)	208	-
Superávit do Exercício	-	-	-	1.854	1.854
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>199</u>	<u>2.437</u>	<u>2.510</u>	<u>(463)</u>	<u>4.683</u>
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(208)	208	-
(Déficit) do Exercício	-	-	-	(8.571)	(8.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>199</u>	<u>2.437</u>	<u>2.302</u>	<u>(8.825)</u>	<u>(3.888)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Fluxos de Caixa das atividades operacionais	2013	2012
Deficit/Superavit do exercício	(8.571)	1.854
Ajustes por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	183	74
Provisão/(Reversão) para contingências	-	(498)
Depreciação	318	462
Amortização	249	240
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	(7.821)	2.132
Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes:		
Créditos a receber de clientes e outros recebíveis	8	24
Despesas antecipadas	12	71
Depósitos judiciais	40	-
Tributos a recuperar	2	7
Aumento (diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores	(311)	496
Obrigações tributárias	(42)	(65)
Obrigações com empregados	(22)	59
Adiantamento de cessionários	(32)	(571)
Outras contas a pagar	11.033	(162)
Subvenções a realizar	4.655	(4.131)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.344	(4.272)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(71)	(214)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(71)	(214)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.452	(2.354)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.741	11.095
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.193	8.741
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.452	(2.354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo - “Fundação” tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Pavilhão “CICCILLO MATARAZZO” - Parque Ibirapuera - Portão 3, e tem prazo de duração indeterminado.

A Fundação foi criada e instituída em 08 de maio de 1962, instituição de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos e sem vinculações políticas ou religiosas, declarada de utilidade pública, tem como objetivo a promoção e o patrocínio de eventos artísticos e culturais de modo geral e, especificamente, de exposições de artes plásticas - ditas “BIENAIS”.

A receita da Fundação é constituída por doações, legados, subvenções e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e considerando as premissas da Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprova a ITG 2012 – entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional da BIENAL e, também, a sua moeda de apresentação.

A Autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de março de 2014.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Fundação não possui ativos financeiros classificados como disponível para venda e mantido até o vencimento.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o Caixa e equivalentes de caixa, Créditos a receber de cessionários, Tributos a Recuperar e Depósitos judiciais.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment

A Fundação avalia no final de cada exercício se há evidência de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e a redução do valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do

ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

2.4 Depósitos judiciais

Estão demonstrados ao valor de custo ou de realização e apresentados no ativo não circulantes, não atualizados monetariamente.

2.5 Imobilizado e intangível

O imobilizado é composto por edificações e construções, Instalações, Máquinas e Equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos e outros, são demonstrados pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

O intangível está representado por licenças de softwares adquiridos, que são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo para sua utilização. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil que é estimada como segue para os períodos comparativos:

Imobilizado	Prazo de Depreciação	Taxa a.a.
Edificações	25	4%
Equipamentos de informática	10	10%
Instalações	20	5%
Máquinas e equipamentos	20	5%
Móveis e utensílios	20	5%
Veículos	5	20%
Equipamentos de comunicação	20	5%
Intangível		
Dossiê Cicillo Matarazzo	-	0%
Documentações Iconográficas das Bienais	-	0%
Software	5	20%
Licença uso de software	10	10%

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b. Contingências passivas - são provisionadas levando em conta, à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e são registrados na conta de reservas de capital.

2.11 Reconhecimento da receita

As receitas, os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2013	2012
Caixa	3	6
Bancos conta movimento s/ restrição	437	19
Bancos conta movimento c/ restrição	13.144	7.940
Aplicações financeiras s/ restrição (nota explicativa 5)	276	64
Aplicações financeiras c/ restrição (nota explicativa 5)	2.333	712
	<u>16.193</u>	<u>8.741</u>

4 Aplicações financeiras

	2013	2012
Aplicações financeiras		
Depósito em poupança	9	8
Certificado de depósito bancário - CDI	2.600	768
	<u>2.609</u>	<u>776</u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

5 Créditos a receber (adiantamentos)

	2013	2012
Adiantamentos (fornecedores e empregados)		
Fornecedores	-	8
Adiantamento de férias e 13º. Salário	104	107
Prêmios de seguros a apropriar	41	42
	<u>145</u>	<u>157</u>

6 Imobilizado sem restrição

a. Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado sem restrição.

	2013			2012
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	3.562	(326)	3.236	3.378
Equipamentos de informática	248	(133)	115	118
Instalações	2.876	(1.220)	1.656	1.832
Máquinas/Equipamentos	336	(179)	157	181
Móveis e utensílios	617	(380)	237	325
Veículos	105	(83)	22	34
Equipamentos de comunicação	8	(5)	3	4
Acervos	640	-	640	640
	<u>8.392</u>	<u>(2.326)</u>	<u>6.066</u>	<u>6.512</u>

b. A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2013	2012
No início do exercício	6.512	6.936
Aquisição de bens	55	112
Baixas de bens	(183)	(74)
Depreciação	<u>(318)</u>	<u>(462)</u>
No final do exercício	<u>6.066</u>	<u>6.512</u>

7 Intangível

	2013			2012
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Cicillo Matarazzo	394	-	394	394
Bienais	360	-	360	360
Software	1.244	(855)	389	638
Licença uso de software	21	(1)	20	4
	<u>2.019</u>	<u>(856)</u>	<u>1.163</u>	<u>1.396</u>

A movimentação do intangível está assim representada:

	2013	2012
No início do exercício	1.396	1.534
Aquisição de bens	16	102
Amortização	<u>(249)</u>	<u>(240)</u>
No final do exercício	<u>1.163</u>	<u>1.396</u>

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em com e sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes a manutenção das operações da Fundação e os fornecedores com restrição estão relacionado aos projetos gerenciados pela Fundação:

Fornecedores Sem restrição	2013	2012
FBSP	6	176
Total	6	176
Fornecedores Com restrição		
30ª Curatorial mostra	44	-
30ª Mostra	271	434
Fabricas de Cultura	-	14
ProAC	-	104
31ª Curatorial	20	-
31ª Exposição	8	-
PMSP	68	-
Total	411	552

9 Outras contas a pagar

Abaixo apresentamos a composição analítica de “outras contas a pagar” relativos ao circulante e não circulante:

	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos a pagar	133	137	-	-
Bônus 29º Bienal de São Paulo	-	434	-	-
Reclamação trabalhista	108	-	45	162
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	162	-	-	-
Parcelamento Dívida Ativa da União	20	-	-	-
Parcelamento - Convênios MinC	1.303	-	9.995	-
	1.726	571	10.040	162

O saldo de “outras contas a pagar” totaliza o montante de R\$ 11.766 em 31 de dezembro de 2013 e refere-se substancialmente ao acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos firmados entre o MinC e Fundação em 20 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 22.

10 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são doados antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da Fundação. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento.

11 Subvenção a realizar

Refere-se a subvenção para realização de projetos a realizar ao final do exercício de 2012 estava relacionada (I) ao projeto de revitalização do pavilhão, (II) à mostra intermediária comemorativa dos 60 anos da Fundação Bienal (posteriormente renomeada “30xBienal”) e (III)

às mostras itinerantes com obras selecionadas da 30ª Bienal, que a Fundação organizou em 2013, após o encerramento da mostra em São Paulo, em outras oito cidades do Brasil.

A Subvenção a realizar ao final do exercício de 2013 refere-se a (I) projeto de revitalização do pavilhão; e (II) aos projetos curatorial e expográfico da 31ª Bienal de São Paulo.

Subvenção a realizar	2013	2012
Revitalização do Pavilhão	1.947	2.089
Subvenção a realizar ProAC.	-	344
Itinerância	-	1.000
Intermediária	-	5.000
Subvenção a realizar 31ª Bienal de São Paulo – Expográfico	8.614	-
Subvenção a realizar 31ª Bienal de São Paulo – Curatorial	2.527	-
Total	13.088	8.433

12 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências.

	2013		2012	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências Trabalhistas	(31)	-	(31)	(71)
Contingências Cíveis	-	151	151	151
	(31)	151	120	80

Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação possuía processo de natureza cível avaliado por seus assessores jurídicos com risco de perda provável, sendo assim, a Fundação efetuou a provisão de 100% desse processo. Não existem processos avaliados como perda possível a serem divulgados.

13 Patrimônio líquido

a. Patrimônio líquido

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

b. Outras reservas

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens.

14 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a Fundação seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a Fundação não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Fundação.

Quanto ao Imposto Sobre Serviços, a sua imunidade foi formalmente reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo esta ser reconhecida e acatada por outros municípios tendo em vista que o art. 3º da Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003, dispõe que “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador”.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas.

15 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da Fundação:

Com restrição

	2013	2012
Convênio - MinC - Revitalização do Pavilhão	142	142
Prefeitura Municipal de São Paulo	2.287	2.289
Programa de Apoio a Cultura – PROAC	1.848	494
Programa Nacional de Apoio a Cultura – PRONAC	9.845	-
Devolução - Programa Nacional de Apoio a Cultura – PRONAC	(69)	-

Fundação Bienal de São Paulo
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013

	2013	2012
Secretária Estadual de Cultura - Fabricas da Cultura	416	584
Secretária Estadual de Cultura - Devolução - Fabricas de Cultura	(109)	-
Serviço Social do Comércio – SESC	1.456	2.204
Rendimentos Financeiros	153	325
Gratuidades recebidas - Trabalho voluntário	68	-
Total	16.037	6.038

Sem restrição

	2013	2012
Apoio Países 30ª BSP	-	660
Capela Morumbi	-	25
Projeto Educativo	-	645
Devolução - Subvenção/Patroc.	-	(10)
Cessão de Área	6.524	5.513
Eventos Bienal 2013	1.384	-
Receita de Doações	19	379
Rendimentos financeiros	112	0
Variação Cambial Líquida	4	17
Outras Receitas	92	-
Total	8.135	7.229
Total de Receitas	24.172	31.002

16 Despesas sobre receitas

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2013	2012
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2013	-	(142)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP	(380)	(1.182)
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	(515)	(494)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	(10.612)	(18.832)
Secretária Estadual de Cultura -Devolução - Fabricas de Cultura	(508)	(381)
Outras despesas	(156)	-
Total - Com Restrição	(12.171)	(21.031)
Eventos Bienal 2013	(252)	-
Total - Sem Restrição	(252)	-
Total Despesas	(12.423)	(21.031)

17 Despesas de pessoal

	Exercício	
	2013	2012
Proventos	(2.257)	(2.181)
Encargos Sociais	(860)	(824)
Benefícios	(326)	(274)
Provisões Trabalhistas	(506)	(593)
Total	(3.949)	(3.872)

18 Despesas administrativas e gerais

	Exercício	
	2013	2012
Despesa de ocupação(i)	(459)	(224)
Despesas com serviços gerais e outras utilidades(ii)	(627)	(858)
Serviços técnicos especializados	(1.595)	(1.845)
Despesas com viagens e estadia	(192)	(92)
	(177)	(111)
Total	(3.050)	(3.130)

(i) Refere-se substancialmente à despesas de energia elétrica, correios, água e esgotos, seguros, manutenção e conservação de bens, telecomunicações, entre outras.

(ii) Refere-se, principalmente, a despesas de transporte, alugueis de equipamentos, materiais educativos, seguro de obras, jornais e revistas, materiais de higiene e limpeza, entre outros.

19 Cobertura de seguros

As coberturas contra eventuais sinistros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a posição pode ser assim sumariada:

Modalidade	Vencimento	Limites de cobertura
Multirrisco - Obras de arte – 30ª Bienal	08/01/2014	R\$ 116.021.137
Transporte de obras de arte	08/01/2014	R\$ 117.407.001
Cobertura básica - incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio e explosão de qualquer natureza	20/08/2014	R\$ 43.350.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestre e fumaça	20/08/2014	R\$ 750.000
Tumultos (com atos dolosos)	20/08/2014	R\$ 150.000
Danos elétricos	20/08/2014	R\$ 500.000
Roubo / Furto qualificado de bens	20/08/2014	R\$ 80.000
Equipamentos eletrônicos (sem roubo)	20/08/2014	R\$ 80.000
Equipamentos estacionários	20/08/2014	R\$ 75.000
Equipamentos móveis	20/08/2014	R\$ 87.500
Equipamentos cinematográficos (operados em estúdios, laboratórios ou reportagens externas)	20/08/2014	R\$ 30.000

Modalidade	Vencimento	Limites de cobertura	
Roubo de valores (interior estabelecimento)	20/08/2014	R\$	10.000
Quebra de vidros (sem quebra espontânea)	20/08/2014	R\$	50.000
Responsabilidade civil operações	20/08/2014	R\$	315.000
Lucros cessantes - 6 meses	20/08/2014	R\$	2.500.000
Obras de Artes participantes 30º Bienal	08/01/2014	R\$	909.000

O valor de prêmio pago em 2013 foi de R\$ 207. Esta despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante – Adiantamentos”, apropriado pro-rata conforme a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

20 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da Fundação, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a Fundação no exercício de 2013. A mensuração dos trabalhos voluntários levou em consideração os controles existentes para os prestadores de serviços voluntários. Todo prestador de serviços voluntário firma com a Fundação um contrato de prestação de serviços voluntários, elaborado nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/1998 que regula o trabalho voluntário e no qual é estabelecido o número de horas de dedicação do voluntário. Calculou-se o valor a ser reconhecido nas Demonstrações Financeiras para o trabalho voluntário desenvolvido na Fundação multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora dos prestadores de serviços com funções equivalentes ou similares aos voluntários, contratados pela própria Fundação ou, quando não havia este parâmetro, pelo valor definido para a função desempenhada pelo voluntário na “Lista de Mão de Obra”, tabela de remuneração divulgada pelo Ministério da Cultura e elaborada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e IBRE.

As receitas com trabalhos voluntários foram mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2013 a Fundação registrou o montante de R\$ 68 referente a trabalhos voluntários como receitas e despesas.

21 Planejamento Financeiro Parcelamento Ministério da Cultura - MinC

Em 20 de maio de 2013 a Bienal de São Paulo e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura – MinC, tendo em vista irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado a Bienal reconheceu dever ao MinC R\$ 12.217, em valores atualizados em 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento

parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da Fundação Bienal fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e pudesse retomar suas atividades de condução de projetos culturais, de apresentação de novos projetos e de captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela Bienal ao MinC, após extenso trabalho de auditoria realizado em 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela Bienal. Os auditores, sob orientação da Bienal e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos, para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas pelo MinC nos 14 convênios firmados com a Bienal, pelo fato destas despesas:

- a. não disporem de comprovante fiscal hábil;
- b. não fazerem parte do plano de trabalho do convênio;
- c. terem sido efetuadas antes ou depois da data de vigência dos convênios e/ou
- d. terem sido efetuadas com partes relacionadas à instituição, a saber, os fornecedores eram empresas controladas por dirigente da Bienal à época do convênio.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo:

Convênio	Código	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quant. de parcelas por convênio	Saldo em 31/12/2013
344/1999	99-9385	Produção/Concepção Curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12	247
012/1999	99-6036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16	327
075/2001	00-6968	Apoio às Comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24	652
366/2001	1540595	Apoio à Preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36	1.398
178/2002	2083742	Apoio à Realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52	1.146
505/2002	2263442	8ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8	-
540/2002	2433644	Apoio à Preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40	2.807
177/2003	1506687	Pré-Produção Artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40	1.469
211/2004	04-1540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40	1.780
520/2004	1732072	Itinerância 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16	363
888/2005	477494	Plano de Atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza,AHWS	354	8	-
351/2005	1836227	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8	-
399/2006	1918041	Execução Final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16	1.110
557/2007	07-10110	Fomento da Arte Contemporânea	46	8	-
			12.217		11.299

A Bienal possuía os seguintes objetivos ao contratar a auditoria para os projetos, em concordância com o MinC:

1. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;

2. Em um segundo momento permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a Bienal pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;e
3. Permitir a Bienal sair da situação de inadimplência .

No exercício de 2013 os pagamentos efetuados pela Fundação referente ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somam o total de R\$ 918, este valor representa a quitação de 8% do total da dívida, em valores históricos. O restante da dívida acordada, está distribuída de modo crescente no cronograma de pagamentos, de forma a permitir à Fundação, ano a ano, acumular recursos livres suficientes para honrar os compromissos previstos pelo acordo até abril de 2018.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. A fundação contabiliza o valor apresentado no boleto de cobrança do MinC.

A Fundação planeja gerar caixa suficiente para fazer frente a estes compromissos mediante a gradual redução de suas despesas e o aumento de suas receitas com a cessão do espaço do pavilhão, as quais são também crescentes nos próximos anos, bem como outras campanhas para levantamento de doações livres. Estes fatores já foram levados em consideração por seus administradores quando da definição do cronograma de pagamentos do acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos negociado entre Bienal e MinC, de maneira a aumentar o caixa livre da instituição e garantir o cumprimento do acordo, minimizando o risco de inadimplência.

Os administradores também consideram que, caso haja disponibilidade de recursos, a Fundação poderá negociar com o MinC a antecipação de pagamentos futuros, com o objetivo de reduzir a incidência de juros e correção monetária sobre o valor principal do acordo.

22 Outras informações

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios a empregados

A Fundação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus de desempenho ou de participações nos lucros e resultados, tendo em vista que é entidade sem fins lucrativos.